

Jornal da

CUT®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
Edição Especial Dezembro de 2008



Edição Especial

Participe da
Marcha pela
Integração
Soberana da
América Latina
e Caribe

Dia 15

(segunda-feira)

Saída do Campo Grande
às 16 horas

Trabalhadores Unidos por uma Integração Solidária e Soberana



Nos próximos dias, os presidentes da América Latina e Caribe se encontrarão em Salvador para debater uma agenda comum que faça frente à crise financeira que sopra com força desde os países capitalistas centrais. Entre outros temas fundamentais para o presente e o futuro da nossa região, para o emprego, o salário e os direitos da classe trabalhadora, serão tomadas decisões sobre comércio, integração regional, políticas sociais e econômicas, segurança, migrações...

Para a Central Única dos Trabalhadores, este é um momento ímpar para que os movimentos sindical e social somem forças em defesa dos países e povos da nossa América, fortalecendo ainda mais os laços do Mercosul, uma integração solidária e soberana, onde a competitividade dê lugar à complementaridade das nossas economias, fazendo com que a unidade de ação contra o imperialismo e o neoliberalismo ganhe as ruas e dê a tônica. Contra o parasitismo dos especuladores e a sanha de lucro fácil das transnacionais, é hora de continuarmos levantando alto a bandeira do desen-

volvimento, com valorização do trabalho, integração dos nossos mercados e proteção dos empregos.

Foi a união e a mobilização dos povos e governos progressistas que enterraram a Alca e estão erguendo alternativas como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), contribuindo para o combate às imensas desigualdades e injustiças ainda existentes em nossa região.

A construção de uma sociedade democrática e participativa, mais justa e igualitária para homens e mulheres, raças e etnias, depende da nossa ação. Por isso, você está convidado a participar conosco da Cúpula dos Povos do Sul - de 12 a 15 de dezembro - e do Encontro Sindical da América Latina e Caribe/VII Cumbre Sindical del Mercosur, no dia 15.

É hora de somarmos força e consciência por uma nova Humanidade, em defesa da soberania alimentar e energética, dos direitos dos povos à sua auto-determinação, à vida e à felicidade.

Todos, juntos, por uma nova era de paz e justiça!

Cúpula dos Povos do Sul

Estreitar os laços de união para fortalecer alternativas populares à crise

Neste momento em que as políticas de desregulamentação financeira e autorregulação do mercado devastam as economias dos países capitalistas centrais e os impactos da sua crise ameaçam contaminar o planeta, toma-se estratégico o fortalecimento do papel central dos Estados nacionais na indução do desenvolvimento e na construção de políticas de distribuição de renda e valorização do trabalho.



Artur Henrique

Por isso, a CUT aumenta a pressão em defesa de uma intervenção rápida, correta e decisiva do Estado brasileiro, para impedir que os efeitos da crise se espraíem, o que interromperia o processo de crescimento econômico tão arduamente conquistado.



Messias Melo

Compreendemos que a intervenção é essencial, porque, em um cenário de propagação da crise, os trabalhadores são

certamente as maiores vítimas, por meio da perda do emprego e da rápida queda do nível de renda.

Mas a intervenção do Estado não pode significar a "socialização das perdas" do setor financeiro com a sociedade em geral sendo que, no período do crescimento recente, o que se percebeu foi a "privatização dos ganhos" expressa nos gigantescos lucros anuais dos bancos, que somam dezenas de bilhões de dólares no Brasil.



João Felício

Mais do que nunca, a unidade e a mobilização da classe trabalhadora, ao lado dos movimentos sociais da América Latina e do Caribe, cumprirá papel chave na solução da crise, fortalecendo alternativas populares que reafirmem a defesa da integração e da soberania.

Artur Henrique,
presidente da CUT

João Felício,
secretário de Relações Internacionais da CUT

Messias Melo,
diretor da CUT para o Mercosul



Trecho da convocatória da Cúpula dos Povos do Sul

Ao longo dos anos, na América Latina e Caribe, nós, organizações sociais, sindicais e movimentos sociais lutamos na resistência ao neoliberalismo, aos Tratados de Livre Comércio (TLCs), ao imperialismo e à militarização, e defendemos um processo de integração da nossa região baseado nas reivindicações, interesses e direitos dos povos. Integração essa que priorize a soberania alimentar e energética,

defenda os povos da região contra as pretensões imperialistas, contribua efetivamente para eliminar as assimetrias nacionais e regionais, mas que também busque novas estratégias de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. E ainda, que busque a equidade, combata a exclusão, os problemas históricos da educação e da saúde na região, e contribua na luta dos povos pela construção de uma sociedade democrática e participativa.



cúpula dos
**POVOS
do Sul**
Salvador
Bahia 2008

construindo a
integração regional
que queremos!

13 e 14 de dezembro no Centro de Convenções da Bahia
Dia 15, participe da Marcha pela Unidade Latino-Americana
e Caribenha (saída do Campo Grande às 16h)

APÓCITO: actionaid, FREDRICH EBERT STIFTUNG, Oxfam, Bahia

REALIZAÇÃO:
ABC - Aliança Social
Comunitária ICMBRA
Assembleia Popular BA
Assembleia Popular
Nacional, OCSESA,
CEBRAPAZ, DELCUP, DESE,
CETRE, CMBL, CIND, Comitê
Popular da Associação de
Muitos Brasileiros,
CONAMA, CONTAG, CPT, CSA,
CUBA-AMÉRICA, CUT, CUT
FAMBA, FASE, FENAPAR,
FESIGRA, FETRAV, FOMI,
FOMI, Força Sindical,
GAMBIA, GUP-SP, Instituto
Egê, Instituto Paulo Freire,
Júlio de Mesquita Filho e
América, ANMA, INRA/BA,
MIT-BA, REPERP, SERCP,
SINTE UNIDADES LINE,
UNAP, UNAP Rede Brasil

PROGRAMAÇÃO

12/12 Sexta-feira

18h-Abertura - Ato cultural com resgate histórico

13/12 Sábado

8h às 12h-Painel - "A Integração Regional como Resposta Estratégica Frente à Crise Global".

12h-Almoço

14h às 18h-Soberania e Segurança alimentar

Soberania Financeira

Justiça Climática

14/12 Domingo

8h às 12h-Soberania Energética

Direito à Cidade, Migrações e Direitos Humanos

Desmilitarização e Soberania Regional

12h-Almoço

14h às 18h-Plenária Final

15/12 Segunda-feira

8h às 12h-Atividades setoriais autogestionadas

12h-Almoço

14 às 16h-Encontro Cúpula Social

16h-Marcha pela Unidade Latino-Americana e Caribenha saindo do Campo Grande até a praça Municipal

19h-Ato Cultural Final

PROGRAMAÇÃO

Encontro da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS)

13/12 - Sábado

10h - Reunião da Comissão de Educação
15h - Seminário da Comissão de Desenvolvimento Produtivo

14/12 - Domingo

10h - Plenária
15h - Comissão de Mulheres
17h - Comissão de Jovens
Local - Auditório do Sindicato dos Químicos/Petroleiros (BA)

Encontro Sindical Latino-Americano e Caribenho VII Cumbre Sindical del Mercosur

15/12 - Segunda-feira

9h - Abertura Assinatura de convênio UFBA e Dieese para a instalação da Universidade do Trabalhador
10h - Painel - Integração e Trabalho Decente
11h30 - Painel - Integração em um cenário de crise
16h - Concentração para a Marcha pela Integração Soberana da América Latina e Caribe - Do Campo Grande à Praça Municipal

16/12 - Terça-feira

10h - Reunião da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA)

Cúpula Social

13 e 15/12 - Sábado e Domingo

Atividades temáticas

14/12 - Domingo

Lançamento da cartilha comemorativa dos 10 anos da Declaração Sócio-Laboral

15/12 - Segunda-feira

14h - Diálogo da Presidência Pró-Tempore Brasileira do Mercosul com os movimentos sociais

Encontro Sindical da América Latina e Caribe

VII Cumbre Sindical del Mercosur



As centrais sindicais dos países do Mercosul e Caribe vão estar reunidas em Salvador, pela primeira vez, na VII Cumbre Sindical e no Encontro Sindical da América Latina e Caribe, entre os dias 13 e 15 de dezembro. Estes eventos estão sendo organizados pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e a Confederação Sindical das Américas (CSA).

As organizações sindicais vão discutir a situação dos trabalhadores do Mercosul e encaminhar uma agenda de ações de integração regional e trabalho decente.

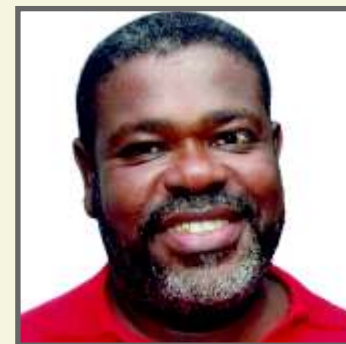
Finalmente, no último dia do encontro será elaborada a Carta de Salvador, incluindo as principais reivindicações das centrais sindicais dos países do Mercosul que será encaminhada aos Chefes de Estado dos países do Mercosul e Caribe, reunidos em Sãoipe.

Na avaliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a hora é de defender alternativas para aprofundar a integração entre os países da América do Sul, América Central e Caribe e avançar em uma grande articulação regional para garantir os direitos da classe trabalhadora em todos os países do Mercosul e também do Caribe.

Bahia mobilizada para unificar ações em defesa dos trabalhadores e da integração

É com orgulho que a Bahia sedia o Encontro dos Povos e o Encontro Sindical da América Latina e Caribe, dois eventos internacionais que cumprirão importante papel no fortalecimento da integração e do enfrentamento à agressão do capitalismo.

A unificação de propostas comuns da classe trabalhadora, com a mobilização em defesa dos nossos países e povos, vai reivindicar do encontro dos chefes de Estado - na Costa do Sauípe, dias 16 e 17 - que leve em consideração a nossa agenda pelo desenvolvimento, fazendo com que a reunião produza os resultados esperados na afirmação do desenvolvimento soberano, com geração de emprego, redistribuição de renda e garantia de direitos.



Martiniano José Santos Costa, presidente da CUT-BA

CUT: “A solução para a crise financeira internacional é a geração de emprego e renda”

Resolução “Os trabalhadores não pagarão pela crise”, aprovada pela reunião da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dias 5 e 6 de novembro de 2008.

DEFESA E GARANTIA DO EMPREGO

- 1) Nenhuma demissão. Estabilidade no emprego.
- 2) Ratificação da Convenção nº 158 da OIT.
- 3) Redução constitucional da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários e limitação das horas extras conforme proposta da CUT.
- 4) Ampliação das Políticas de geração de emprego no setor privado e no setor público, especialmente para os segmentos mais vulneráveis, a exemplo das mulheres e da população negra.
- 5) Programa especial de geração de emprego e renda na agricultura a partir do fortalecimento da Agricultura familiar e garantia de preços mínimos.
- 6) Reforma Agrária: Estabelecimento de limite de propriedade da terra; atualização dos índices de produtividade; garantia de instrumentos legais de controle de compra de terras por estrangeiros; combate ao trabalho escravo.

INVESTIMENTOS

- 7) Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo e das aposentadorias e as políticas públicas de saúde e educação, garantindo-se a ampliação de recursos do orçamento público para as áreas sociais (EC29, FUNDEB etc) e os programas de transferência de renda.
- 8) Fim do superávit primário e ampliação dos investimentos em obras de infra-estrutura, a valorização do serviço público e das políticas sociais, a exemplo dos Territórios da Cidadania.
- 9) Ampliação da capitalização do BNDES e dos recursos para o orçamento corrente da instituição, visando o financiamento dos investimentos e, desta forma, reduzir a taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- 10) Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CRÉDITO

- 11) Nenhum recurso financeiro deve ser concedido à especulação.
- 12) Qualquer instituição financeira que apresente estado de falência deve ser estatizada.
- 13) Criação de mecanismos como multas, taxas, punições administrativas, entre outras, que assegurem a concessão de crédito à economia e que os recursos liberados pelo governo federal cheguem à economia real, não sendo utilizados pelos bancos para outros fins.

14) Qualquer “socorro” que o governo resolva conceder às instituições financeiras e não-financeiras que apresentem problemas em função da atual crise internacional deve ter contrapartidas, a partir dos seguintes critérios:

- 14.1 Garantia da manutenção do nível de emprego nas instituições financeiras e não-financeiras.
- 14.2 Garantia de estabilidade de emprego nos processos de fusões e incorporações.
- 14.3 Que os volumes de recursos dos programas de apoio serão devolvidos ao Estado, em parcelas e prazos previamente determinados.
- 14.4 Limitação dos rendimentos dos executivos das instituições financeiras e não-financeiras.
- 15) Ampliação das ações para garantir crédito e seguro para a agricultura familiar, como também o crédito imobiliário, visando combater o déficit habitacional.

MEDIDAS EMERGENCIAIS

- 16) Estruturação pelo Governo Federal de Plano de Renegociação de Dívidas para pequenas empresas, assalariados e trabalhadores em geral.
- 17) Redução do impacto da desvalorização do real nos preços dos alimentos e produtos de primeira necessidade, por meio, entre outros, da redução dos impostos internos, com a contrapartida da manutenção de preços.
- 18) Construção do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho.
- 19) Constituição, em caráter emergencial, de Câmaras Setoriais e especialmente nos setores mais atingidos pela crise do crédito e retração da atividade econômica (construção civil, têxtil e calçados, alimentação etc), de forma que as iniciativas de apoio do Estado representem contrapartidas na área da garantia do emprego, melhoria das relações de trabalho em cada setor.
- 20) Valorização do salário mínimo, com a incorporação da variação dos preços da alimentação já no reajuste de 2009.
- 21) Interromper os processos de privatização do patrimônio público (Embrapa e Infraero), o leilão das reservas petrolíferas, bem como revogar o marco regulatório herdado do Governo FHC, de modo que a riqueza do pré-sal seja explorada em benefício da Nação.
- 22) Retirada do Projeto de Lei que propõe a implantação das Fundações Estatais de Direito Privado.

GARANTIAS DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

- 23) Ampliação dos direitos dos trabalhadores e retirada dos projetos de flexibilização hoje existentes no Congresso Nacional, como o PL nº 4302/1998, que trata do trabalho temporário e da terceirização.
- 24) Garantia de cumprimento pleno dos acordos coletivos firmados com os servidores públicos em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e ratificação da Convenção nº 151, que prevê a negociação coletiva para os servidores públicos.
- 25) Garantia do cumprimento da Lei que estabelece o Piso Nacional do Magistério.

POLÍTICAS ECONÔMICAS

- 26) Sistema de Metas de Inflação mais flexível, com a efetiva utilização do intervalo de taxas de inflação admissíveis, sem determinar qual a meta-centro.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

- 27) Regulamentação do artigo nº 192 da Constituição Federal, que trata da regulação e do papel social do Sistema Financeiro.
- 28) Fortalecimento do papel social dos bancos públicos.
- 29) Por meio de uma ampla articulação desenvolvida no âmbito da CSI e da CSA, promover uma agenda de debates e ações visando a estruturação de nova ordem financeira internacional, que, entre outros, estabeleça maior controle das operações das instituições financeiras e do fluxo de capitais entre os países, de modo a minimizar os impactos gerados nas economias nacionais.
- 30) Fortalecimento do Mercosul como forma de reduzir os impactos dos fluxos de saída de capitais externos. Este fortalecimento deve enfatizar os aspectos de complementaridade dos projetos e o desenvolvimento da dimensão social, com o estabelecimento de contrapartidas e aplicação da Declaração Sócio-Laboral.

Os trabalhadores e as trabalhadoras não querem e não vão pagar a conta da crise financeira!